

# Lutas sociais e tradições de luta no Brasil nos anos 2000

Davisson C. C. de Souza\*

## **Resumo:**

Neste artigo faz-se um exercício de análise das lutas sociais no Brasil nos anos 2000, a partir de dados disponíveis das ações de protesto, como balanços de greves e ocupações de terra, e cronologia de conflitos sociais. Propõe-se, ainda, um diálogo entre a fisionomia atual das lutas sociais e as principais tradições de organização e luta do país. Destaca-se a estrutura social e as experiências de luta como elementos explicativos da transmissão do patrimônio histórico dos trabalhadores. Ademais, apresenta algumas reflexões para se pensar o caráter de classe e a centralidade do movimento operário-sindical, popular e camponês no conjunto das lutas sociais do Brasil.

**Palavras-chave:** Lutas Sociais. Tradições de luta. Sindicalismo. Movimento popular.

## **Introdução**

O objetivo deste artigo é analisar a relação entre as lutas sociais e as tradições de luta do movimento social no Brasil.<sup>1</sup> Apresentarei os primeiros resultados de uma pesquisa que estou realizando sobre as formas e instrumentos de luta utilizados pela classe trabalhadora brasileira nos anos 2000. Este levantamento vem sendo feito em diálogo com uma reflexão histórica mais ampla, iniciada em minha tese de doutorado, em que me propus a investigar como se processa o diálogo entre a estrutura social, a correlação de forças e as experiências de luta na formação das ações de protesto.

A pesquisa que estou desenvolvendo sobre a fisionomia das lutas sociais no Brasil se encontra em sua fase inicial, constituída por um levantamento prévio de dados e pela construção de critérios de conceituação das formas e instrumentos de luta. O objetivo do projeto é constituir uma base de dados para uma análise

---

\* Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e pesquisador do Programa de Investigación del Movimiento de la Sociedad Argentina (Pimsa). End. eletrônico: davissonhistoria@yahoo.com.br

<sup>1</sup> Agradeço a Danilo Martuscelli, Sávio Cavalcante, Patrícia Trópia e María Célia Cotarelo pelo diálogo durante a elaboração deste trabalho.

aproximativa da fisionomia das lutas sociais brasileiras. Estão sendo feitos, além do levantamento, o registro, a codificação, a classificação, a tabulação e a análise das ações, o que permitirá refletir sobre o conjunto da rebelião de nossa formação social a partir de um repertório conceitual marxista.

A idéia de iniciar esta pesquisa começou durante um estágio de doutorado que realizei em 2008 no *Programa de Investigación del Movimiento de la Sociedad Argentina* (Pimsa)<sup>2</sup>, que coordena desde 2008 a Cronologia do Conflito Social, feito pelo Observatório Social da América Latina, do Conselho Latino Americano de Ciências Sociais (Osal/Clacso), além de realizar, desde 1998, o seguimento argentino deste levantamento. Os critérios utilizados para a construção da base de dados dos protestos sociais no Brasil advêm de um esforço de adaptação da metodologia utilizada pelo Pimsa para a análise do caso argentino, presente em diversos trabalhos de seus pesquisadores (Carrera e Cotarelo, 2004).

O ponto de partida da reflexão teórica que farei neste artigo é o conceito de tradições de organização e luta. Em minha tese de doutorado (Souza, 2010), realizei um estudo sobre a relação entre o movimento sindical e os desempregados no Brasil e na Argentina. Para desenvolver um quadro comparativo das questões propostas, refleti sobre a relação entre a estrutura econômica, política e ideológica e a correlação de forças do período estudado. No entanto, para compreender a formação histórica e cultural das lutas sociais nos dois países, tornou-se fundamental a análise das experiências prévias e das tradições de organização e luta da classe trabalhadora.

Em artigo publicado em *Lutas Sociais*, n. 23 (Souza, 2009b), apresentei alguns resultados sobre a relação entre as tradições de luta sindical e a emergência do movimento de desempregados na Argentina. O estudo do movimento social neste país, em uma perspectiva comparativa, é um importante contraponto para interpretar as lutas sociais no Brasil.

O presente texto está estruturado em três partes. Na primeira, apresentarei algumas interpretações das principais características das tradições organizativas e as das formas e instrumentos de luta presentes no Brasil e na Argentina. No segundo item, apresentarei alguns dados sobre as lutas sociais no Brasil nos anos 2000, a fim de esboçar uma primeira leitura sobre a relação entre a estrutura social e o caráter de classe da rebelião brasileira. Tomarei os anos de 2004 e 2008 como referência para a análise, já que o levantamento completo da década ainda se encontra em curso. Por fim, farei um exercício de articulação teórico-empírica, a partir das reflexões apresentadas e dos dados trabalhados.

---

<sup>2</sup> O estágio contou com a supervisão do Professor Nicolás Iñigo Carrera (Conicet/Pimsa). Em 2009, fui incorporado ao grupo de pesquisadores efetivos do programa.

## 1) As tradições de organização e luta do Brasil

A análise que proponho leva em conta a estrutura e a correlação de forças, em diálogo com as formas e instrumentos de luta adotados pela classe trabalhadora nas experiências históricas concretas de sua formação, tal como se depreende da leitura de Thompson (1997). Essas experiências, em especial as experiências de organização e luta, produzem efeitos mais ou menos duradouros sobre as práticas dos grupos e das classes. Esses elementos, “encarnados” por meio da memória e do patrimônio histórico coletivo que se reproduz e se atualiza constantemente nas práticas sociais (amortecendo ou potencializando as experiências de luta presentes), podem ser definidos como *tradições*. Às tradições que se conformam a partir das experiências de luta denominaremos tradições de luta, que imprimem traços de continuidade e descontinuidade especialmente em relação às principais formas de organização e instrumentos de mobilização.

De acordo com a perspectiva teórica que adoto, a formação das tradições de luta do movimento social se dá pelo efeito contraditório da estrutura e da correlação de forças, considerando esta última não apenas a partir de sua dimensão “derivada”, mas também de seu fator “inerente”<sup>3</sup> (Rudé, 1992). Resulta, ainda, do “senso comum” ou da “concepção tradicional popular do mundo”, que advém da “experiência direta”, da “tradição oral” e da “memória folclórica” em um processo de “aquisição histórica” (Gramsci, 1976), no qual os “espíritos do passado” auxiliam as gerações atuais por meio de uma “linguagem emprestada” que “oprime o cérebro dos vivos” (Marx, 1984). Esta linguagem é constantemente atualizada pelas “circunstâncias” e pela “experiência”, funcionando como um sistema com “predisposta continuidade”, e como elemento “residual” (Williams, 1997), embora no processo social se manifeste de maneira “mais elástica do que os fatos” (Hobsbawm, 2000).

Em minha pesquisa de doutorado, esbocei um quadro explicativo de alguns elementos que possibilitaram a emergência de um movimento de desempregados com peso relevante no conjunto das lutas sociais na Argentina e algumas hipóteses sobre sua ausência no Brasil. Entre as questões apontadas naquele trabalho, destaquei (i) a presença da superpopulação relativa na estrutura social; (ii) a construção da cidadania e a categorização social do emprego (e do desemprego); (iii) a tradição de organização e luta do movimento operário e sindical; (iv) a tradição do movimento camponês e de pobres; e (v) a ideologia inerente no processo de formação dos protestos populares.

---

<sup>3</sup> De acordo com Rudé, a ideologia derivada é composta por um sistema de ideias estruturadas, a exemplo das ideologias políticas e religiosas; já a ideologia inerente é formada por ideias aprendidas pelas tradições e experiências históricas.

Sobre o primeiro aspecto, destaquei o alto índice histórico da superpopulação relativa no Brasil, expresso através do desemprego endêmico e de ocupações irregulares como traço crônico, e o crescimento epidêmico do desemprego na década de 1990. Em contraposição, a Argentina se caracteriza por um baixo índice histórico de superpopulação relativa, com prevalência do desemprego epidêmico e um alto índice de formalização do mercado de trabalho até os anos 1980, mas que passou por um crescimento explosivo do desemprego na década de 1990.

Acerca do segundo elemento, é possível destacar que houve um baixo processo de construção da cidadania no Brasil, com piores indicadores sociais e frágil categorização social do emprego. Na Argentina, ao contrário, evidencia-se um alto processo de construção da cidadania, com melhores indicadores sociais e forte categorização social do emprego.

A respeito do terceiro item, destaquei no caso brasileiro a negociação coletiva descentralizada, a baixa incidência de greves gerais, a frágil organização no local de trabalho e a presença recente de centrais sindicais. Por outro lado, no caso argentino prevalece há mais tempo a negociação coletiva centralizada e a forte organização no local de trabalho, além da presença da greve geral como instrumento de luta recorrente há pelo menos um século, e a existência de centrais sindicais e sindicatos nacionais.

Sobre o quarto elemento, destaquei que o Brasil possui uma forte tradição do movimento camponês e de pobres, o que resulta em uma convivência histórica entre o movimento operário e o movimento camponês e popular organizado por reivindicações como o acesso a terra e melhores condições de vida e habitação. No caso da Argentina, esta tradição não tem sido tão forte, já que predomina no país o movimento operário e sindical nos protestos da classe trabalhadora, com aparecimento esporádico e menos significativo ao longo da história de organizações populares e de pobres.

O quinto aspecto resume os dois anteriores: no caso brasileiro existe uma tradição de luta pela terra e organização individual para a atividade econômica como saída para o desemprego. No caso argentino, prevaleceu a tradição de manifestação de rua e o sentimento reivindicativo para a luta coletiva foi a expressão de uma perda muito significativa das condições de vida de sua classe trabalhadora, como ficou evidente na eclosão do movimento de desempregados no final dos anos 1990.

Este quadro comparativo contribui para explicar os efeitos duradouros que as experiências de luta tiveram sobre as lutas sociais nas duas formações. Em artigo anterior (Souza, 2009a), chamei a atenção os espaços de luta, as formas e instrumentos de luta e os objetivos da luta. Vejamos, a seguir, se os dados coletados correspondem às reflexões desenvolvidas até aqui.

## 2) Lutas sociais no Brasil nos anos 2000

A análise das lutas sociais no Brasil carece de um amplo levantamento de dados que mostre a fisionomia das formas e instrumentos adotados pelos sujeitos da rebelião.<sup>4</sup> Nesse sentido, por um lado, diversas interpretações se restringem a uma reflexão teórica abstrata, em muitos casos, descolada da análise concreta das práticas sociais. Por outro, é possível encontrar diversas pesquisas empíricas sobre determinados protestos, mas que não levam em conta a correlação de forças presente no conjunto das experiências de organização e luta dos grupos sociais no processo de formação das classes e frações de classe.

Quem são os principais sujeitos da rebelião brasileira? O movimento sindical perdeu sua centralidade? O Brasil é palco de “novos” movimentos sociais que atuam a partir de referências distintas do “velho” movimento operário? No governo Lula o movimento sindical entrou em refluxo? O movimento popular expressa as aspirações mais autênticas da classe trabalhadora brasileira na atualidade? Estas e outras questões devem ser desenvolvidas com uma ampla base de dados empíricos.

Existem alguns acompanhamentos dos protestos sociais no Brasil, mas nenhum tem como objetivo analisar a rebelião em seu conjunto. Para realizar uma primeira aproximação a este tema, utilizarei o material disponível de três fontes principais: (i) o Sistema de Acompanhamento de Greves, realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (SAG/Dieese); (ii) o Acompanhamento dos Conflitos no Campo, feito pela Comissão Pastoral da Terra (ACC/CPT); e (iii) a Cronologia do Conflito Social realizado pelo Osal/Clacso, no Brasil sob responsabilidade do Laboratório de Políticas Públicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (LPP/UERJ). A idéia da pesquisa em andamento é complementar os dados obtidos com outras fontes impressas e digitais das organizações e da imprensa popular.

Os dados estatísticos mais completos das lutas sociais no Brasil são do SAG/Dieese e do ACC/CPT. No entanto, enquanto o primeiro apresenta um levantamento somente das greves, não registrando outros instrumentos de luta do movimento sindical (marchas, passeatas, manifestações, etc.), o segundo apresenta os dados de conflitos de maneira muito genérica, podendo estar classificado nesta categoria desde um bloqueio de rodovia até o assassinato de um militante. É possível obter, no entanto, os dados das ocupações de terra, instrumento de luta que caracteriza os protestos dos sem-terra, principal sujeito da rebelião no campo no Brasil. A tabela 1 apresenta uma comparação entre o número de greves e de ocupações de terra no período de 1998 a 2010.

---

<sup>4</sup> O conceito de rebelião é tomado de Engels (2008) e engloba toda ação coletiva de protesto ou luta de um determinado grupo social contra uma determinada situação.

**Tabela 1: Greves e ocupações de terra no Brasil (1998-2010)**

Ano	98	99	00	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
Greves <sup>5</sup>	865	440	440	440	440	322	302	299	320	316	411	ND <sup>6</sup>	ND
Ocupações	599	ND	393	194	184	391	496	437	384	364	252	290	180
Total	1464	-	833	634	624	713	798	736	704	680	663	-	-
Greves (%)	59	ND	52.8	69.4	70.5	45.2	37.8	40.6	45.5	46.5	62	-	-
Ocupações (%)	41	-	47.2	30.6	29.5	54.8	62.2	59.4	54.5	53.5	38	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir de ACC/CPT, SAG/Dieese e Noronha (2007).

A primeira observação a ser feita sobre este quadro é que o número relativo de greves foi predominante em relação ao de ocupações entre 1998 e 2002. A partir de 2003, observa-se uma inversão, pois o número de greves cai em relação à média do período anterior, enquanto as ocupações de terra aumentam, embora ambos não tenham ultrapassado, em números absolutos, o recorde do ano de 1998. Como hipótese preliminar, seria possível afirmar que a chegada de Lula à Presidência da República possui uma forte relação com a diminuição de protestos sindicais e aumento das ocupações, já que o MST se mostrou crítico à política de reforma agrária do governo desde seu início. No entanto, o movimento de refluxo tanto do movimento de greves como de ocupações é uma tendência anterior, presente em todo o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Ademais, os dados de 1998 e 2008 demonstram que tanto no governo FHC quanto no governo Lula o auge das greves foi justamente em períodos de crise econômica, em dois momentos de forte crescimento das demissões. A análise das causas deste movimento exige a consideração de diversos fatores de ordem política, econômica, ideológica, o que não é o foco deste trabalho.

Ainda observando a Tabela 1, chama a atenção que durante a presidência de Lula, em 2004 houve 62% de ocupações e 38% de greves, e em 2008 houve uma inversão, com 62% de greves e 38% de ocupações, marcando o pico mínimo e máximo de cada um destes instrumentos de luta a partir de 2003. Tomei estes dois anos como referência para uma análise em conjunto das ações de protesto realizadas no país, conforme apresentado na Tabela 2.

<sup>5</sup> As greves de 1998 representam a média do período de 1995 a 1998, os de 1999 a 2002 também são uma média deste período e o de 2003 foi construído a partir da média de 2003 a 2007, tal como são disponibilizados pelo artigo citado de Eduardo Noronha. Os dados de 2004 a 2008 foram consultados no SAG/Dieese.

<sup>6</sup> ND = Não disponibilizado.

**Tabela 2: Lutas Sociais no Brasil (2004)**

Tipos de organização	No. de ações	% de ações
Sem-terra	192	50,8
Sindical	122	32,2
Sem-teto	23	6,1
Popular	14	3,7
Detentos	10	2,6
Estudantil	9	2,4
Indígena	4	1
Outros <sup>7</sup>	4	1,2
TOTAL	378	100

Fonte: Elaboração própria a partir de Osal/Clasco.

Antes de passar à análise da mesma, é necessário fazer alguns esclarecimentos de ordem metodológica. A unidade conceitual considerada para a análise que me proponho neste artigo é o tipo de organização.<sup>8</sup> Foram classificados em sindical, sem-terra, sem-teto, popular, estudantil, indígena, etc.

O número total de ações válidas não corresponde a seu número absoluto, pois há diversos eventos protagonizados por mais de um tipo de organização. Ademais, tomamos os dados construídos a partir dos relatórios da Osal/Clasco como uma aproximação a uma amostra do conjunto das lutas sociais, já que sua cronologia não possui um objetivo estatístico de descrever o universo das ações de protesto.

Foram contabilizados como parte do movimento sindical os eventos protagonizados por centrais sindicais, federações, sindicatos ou trabalhadores auto-convocados, neste último caso, quando não fica evidente no relatório se houve participação direta do sindicato da base. Foram consideradas também como parte deste grupo as ações protagonizadas pelo sindicalismo rural e pelo sindicalismo de classe média. Assim, tanto as ocupações de terra realizadas por entidades sindicais como as ações da classe média relacionadas a melhores condições de trabalho foram tomadas como parte do movimento de trabalhadores. Os eventos do sindicalismo patronal foram considerados como parte das ações de proprietários. Foram consideradas ações da classe média aquelas em que as reivindicações especificam a defesa da manutenção de condições de vida superiores às da classe trabalhadora, evidenciadas especialmente na esfera do consumo. Esses dois últimos, no entanto, foram pouco representativos para o conjunto dos protestos sociais no país.

---

<sup>7</sup> Foram contabilizados outros quatro eventos, cada um deles protagonizados, respectivamente, por proprietários, Lésbicas, Gays, Travestis e Bissexuais (LGTB), partidário e religioso.

<sup>8</sup> Outros dados considerados na análise (local, sujeito, instrumento de luta, base social, reivindicações, objetivos, número de participantes, entre outros) serão apresentados em futuros trabalhos.

Defino como parte do movimento popular todas as ações que reivindicam a manutenção ou melhorias nas condições de vida, relacionadas a questões diversas (educação, saúde, habitação, transporte, recapeamento, segurança, saneamento, carestia, vítimas de violência policial, e outros direitos sociais, etc). A luta pelo acesso a terra e à moradia foram consideradas, respectivamente, como movimento de sem-teto e sem-terra, salvo o caso dos desalojados de suas casas por conta da construção de hidrelétricas, contabilizados como atingidos por barragem. As rebeliões de detentos, trabalhadores informais (ambulantes, coletores de material reciclável, guardadores de veículos), pobres (moradores de rua) e de desempregados foram consideradas à parte para remarcar o peso do lumpemproletariado, do pauperismo e da modalidade estagnada da superpopulação relativa na estrutura social brasileira. Indígenas e quilombolas, embora se organizem essencialmente pelo direito a terra, foram considerados como uma categoria à parte, dada a importância histórica de suas lutas. Foram considerados como categorias particulares o movimento estudantil, os partidos, entidades religiosas, movimentos culturais, movimento negro, feminista, de homossexuais, ambientalista, entre outros, pelo caráter específico de suas reivindicações. Passemos à análise dos dados.

Do conjunto das ações de protesto relatadas pela Cronologia do Conflito Social da Osal/Clasco no ano de 2004, mais da metade foi convocada por sem-terra. Isso significa afirmar que a maior parte das lutas sociais no Brasil se concentra no campo, que chega a quase 52% quando se considera também o movimento indígena. Pouco menos de um terço dos protestos foi realizado pelo movimento operário-sindical, o que atesta sua persistência como sujeito da rebelião no Brasil. Juntos, os tipos de organização dos sem-terra e sindical concentraram 83% dos protestos realizados. Somado ao movimento indígena e ao movimento dos sem-teto, pode-se afirmar que mais de 90% dos eventos considerados no maior levantamento dos conflitos sociais realizado no país envolve problemas relacionados ao trabalho, ou ao acesso a terra e à moradia. Considerando o movimento da superpopulação relativa, uma primeira aproximação nos permite afirmar que as ações protagonizadas pela modalidade latente<sup>9</sup> (sem-terra e indígena), pelo pauperismo (sem-teto) e pelo lumpem (detentos) somam mais de 60% do total. É importante notar que a modalidade flutuante (desempregados) e a parcela estagnada (trabalhadores “informais”) não aparecem como sujeitos do protesto no levantamento realizado. Entre os chamados “novos movimentos sociais” (feminista, ambientalista, negro, homossexuais, pacifista, etc.), alguns aparecem na categoria “outros”, que soma pouco mais de 1%, ou efetivamente não aparecem. Vejamos a seguir as principais tendências observadas no ano de 2008.

---

<sup>9</sup> A modalidade latente é considerada por Marx (1982) como a população rural disponível e na iminência de migrar para a cidade por conta do desenvolvimento do capitalismo no campo.

**Tabela 3: Lutas Sociais no Brasil (2008)**

Tipos de organização	No. de ações	% de ações
Sindical	137	33
Sem-Terra	93	22.4
Popular	60	14.5
Sem-Teto	30	7.3
Indígena	19	4.6
Estudantes	18	4.3
At. p/ barragem	15	3.6
Camponês	8	1.9
Feminista	7	1.7
Partidário	5	1.2
Cultural, desempregados, ambientalistas, negro, proprietários	3 (15)	0.7 (3.5)
Classe média, detentos	2 (6)	0.5 (1)
Direitos humanos, informais, pobres, quilombolas	1 (4)	0.25 (1)
TOTAL	415	100

Fonte: Elaboração própria a partir de Osal/Clasco.

Observa-se que o movimento sindical se tornou o maior sujeito do protesto social, tal como indicou o aumento do número de greves em 2008. É importante observar também que o mesmo segue protagonizando cerca de um terço do conjunto dos protestos sociais no país. Mudam, no entanto, suas características: convoca mais greves e protagoniza menos ações de outro tipo (como marchas, passeatas e manifestações). Em parte, isso se explica pelo movimento ocorrido no segundo semestre do ano, quando se começa a surtir os primeiros efeitos da crise capitalista. Os sem-terra diminuem sua atividade de maneira geral neste ano, pulando para a segunda posição. No entanto, o movimento social no campo segue sendo muito significativo, representando pouco menos de um terço das lutas sociais. Observa-se, ademais, um aumento significativo das ações do movimento popular, que se em 2004 somava apenas 3.7% das ações, em 2008 passa a responder por 14.5%. Os sem-teto seguem sendo importantes protagonistas das lutas sociais no país, com uma pequena oscilação nos dois anos considerados. Cabe destacar, ainda, a importância dos estudantes, em especial dos secundaristas, que aumentaram suas ações de protesto (de 2.3% a 4.1%), principalmente pelo passe-livre. Também se nota o crescimento do movimento indígena, o que se deve consideravelmente às ações de resistência protagonizadas na Reserva Raposa Serra do Sol, no Mato Grosso, diante do conflito com os arroseiros da região. Aparecem as lutas das populações vítimas da construção de hidrelétricas, notável especialmente após o aparecimento do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB). Por último, acontece o ressurgimento de dois movimentos: o feminista, que se não esteve presente no registro de 2004, passa a convocar 1.7% das ações em 2008; e o movimento camponês, protagonizado especialmente por pequenos agricultores familiares resistentes ao avanço do capitalismo no campo (o chamado “agronegócio”). Os partidos políticos também voltam a aparecer

nas ruas. Participam de alguns eventos especialmente o PSTU e o PSOL, este último fundado em 2006 e em expansão após as eleições deste ano, quando a candidata Heloísa Helena teve um significativo número de votos. Continuam pouco representativos os protestos protagonizados pela classe média e pelos proprietários.

Também cabe destacar que, se em 2004 os chamados “novos movimentos sociais” tiveram pouca importância, as ações do movimento cultural, ambientalista, negro, por direitos humanos e feminista, no ano de 2008, somam pouco mais de 4%, o que o torna, em conjunto, o sétimo maior sujeito dos protestos. Mesmo somando o movimento estudantil a este grupo, para considerar o chamado “protagonismo juvenil”, ainda assim tal tipo de protesto estaria atrás do movimento operário-sindical, camponês e popular. De todas as formas, sua expressão é pouco significativa para se considerar uma tendência à substituição da “velha classe trabalhadora” por “novos atores coletivos”.

As lutas relacionadas às condições materiais seguiram sendo as mais relevantes no ano de 2008. Se somarmos as ações sindicais e de sem-terra, temos 55.4% do total. Acrescentando a estas as demais lutas relacionadas ao trabalho (informais e desempregados), as outras lutas relacionadas à terra (indígena e quilombolas), e as lutas relacionadas ao acesso a moradia (sem-teto e atingidos por barragem), para citar apenas aquelas em que as condições materiais das classes subalternas estão mais evidentes, obtemos a cifra de 72%. Se somarmos a este total aqueles que lutam por melhores condições de vida no movimento popular (sejam cidadãos juridicamente livres ou detentos) e aqueles que buscam defender sua propriedade dos meios de produção ou privilégio material e intelectual (proprietários, camponeses e classe média), este conjunto significa mais de 90% das lutas do país. Assim, resta aos chamados movimentos relacionados à esfera dos valores, da dimensão simbólica, da “cultura” e das “identidades coletivas” restam menos de um a cada dez ações de protesto organizadas pelo movimento social. Vale ressaltar que estou desconsiderando, nesta fase preliminar, que parte significativa do movimento estudantil e partidário atua em conjunto com o movimento popular por reivindicações materiais (como transporte e mudança na política econômica) e que o movimento negro e feminista, em boa medida, busca igualdade étnica e de gênero em relação a questões econômicas (como emprego e salário).

O movimento da superpopulação relativa seguiu sendo relevante no ano de 2008. As ações da modalidade latente (sem-terra, indígena e quilombola), do pauperismo (pobres, sem-teto e atingidos por barragem) e do lumpemproletariado (detentos), bem como das parcelas flutuante (desempregados) e estagnada (trabalhadores informais), que passaram a figurar entre os sujeitos do protesto, mas em uma proporção pouco representativa, somam 40%. Essa diminuição em

relação ao ano de 2004 revela, por um lado, o crescimento do emprego formal durante o governo Lula, mas também a contenção proporcionada pela política de pauperismo oficial por meio de programas como o Bolsa Família.

De que forma as características das tradições de organização e luta, destacadas no primeiro item, contribuem para explicar o quadro atual dos protestos sociais no Brasil? A seguir, farei algumas observações sobre esta questão.

### **3) Lutas sociais e tradições de luta no Brasil**

Analisando as tradições de organização e luta na história do movimento social brasileiro no século XX, destaquei o protagonismo de três tipos de organização: o movimento operário-sindical, o movimento camponês e o movimento popular de pobres, em luta especialmente pela moradia. Faremos a seguir uma reflexão sobre a atualidade desses movimentos e como vêm ressignificando tradições desenvolvidas a partir de suas experiências atuais.

As centrais sindicais e os sindicatos continuam organizando uma parcela considerável da classe trabalhadora brasileira, mais especificamente dos assalariados empregados formalmente nos setores econômicos ligados ao grande capital. Não se pode oferecer um quadro das lutas sociais brasileiras sem mencionar o sindicalismo metalúrgico, especialmente nas cidades de produção automobilística, e o sindicalismo industrial de maneira geral (químico, petroleiro, etc.), de transporte urbano, bancário, docente e do funcionalismo público, e o sindicalismo rural que juntamente com o movimento dos sem-terra são os principais protagonistas das ações de protesto no campo. Se o Brasil não é um país de forte tradição de greve geral, como a Argentina, isso não significa que não possui uma tradição grevista. O século XX brasileiro é marcado por greves e manifestações sindicais e, pelo menos desde o ciclo grevista do final dos anos 70 e início dos anos 80, este vem sendo um dos principais instrumentos de luta da classe trabalhadora. Os dados atuais dos protestos sociais atestam esta afirmação.

No entanto, o movimento operário brasileiro vem confirmando sua tradição organizativa fragmentada. Apesar da hegemonia da CUT e da Força Sindical, não se pode ignorar a importância atual de outras centrais, e que parte delas atua conjuntamente em algumas mobilizações. Além da fragmentação no nível das centrais, vale ressaltar que os sindicatos de base seguem sendo predominantemente municipais, o que de certa forma explica a quantidade de ações sindicais, revelando certa debilidade da força do movimento grevista do país. Essa tradição corporativista se deve à estrutura sindical, mas também a sua reprodução cultural e ideológica pelos dirigentes, já que, desde a Constituição de 1988, o enquadramento territorial deixou de ser uma imposição para se tornar uma prática legitimada pelas próprias entidades. Isso explica porque poucas das

ações registradas foram convocadas no nível estadual ou nacional, sendo algumas exceções a greve nacional dos correios de 2008, bem como algumas paralisações estaduais de professores em alguns estados nos dois anos considerados.

Entre os movimentos de luta pela terra, destacam-se o sindicalismo rural, o MST, o MTL, a Via Campesina, a Pastoral da Terra, entre outros, além do movimento indígena e quilombola. Essas lutas vêm confirmando a forte tradição de movimento camponês e de referência ao trabalho agrícola como solução para o desemprego e possuem uma forte continuidade histórica com algumas das principais lutas do povo brasileiro, desde Canudos e o Contestado às Ligas Camponesas. Nesse sentido, pode-se afirmar que, se o Brasil é um país que não consegue paralisar nacionalmente a produção com uma greve geral, possui uma forte tradição de ocupação de terra, que justamente por representar a principal forma de afronta à propriedade privada no país, tem rendido às organizações uma forte repressão com dezenas de vítimas anualmente.

Entre as lutas do movimento popular, destacam-se os movimentos pela moradia, presentes especialmente nos grandes centros urbanos, que vem resignificando na cidade o instrumento utilizado no campo, ocupando terrenos e edifícios abandonados. Entre as organizações que convocaram protestos no período vale ressaltar o importante papel da Frente Nacional de Luta pela Moradia e do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST).

Porém, o povo brasileiro não vem lutando somente por trabalho, terra e moradia, mas por melhores condições de vida, que na maioria das vezes significa o acesso aos direitos sociais mais elementares. Além de associações de bairro e de movimentos que aparecem para tratar de problemas específicos, vale ressaltar a importância das ações espontâneas das massas, quando o povo em luta se manifesta contra uma situação limite de injustiça pontual. Espontaneidade entendida, no sentido gramsciano, em contraposição a direção consciente (Gramsci, 1977).<sup>10</sup> A importância do movimento camponês e do movimento popular, especialmente na luta por moradia, revela o peso da superpopulação relativa, principalmente do pauperismo e da modalidade latente e estagnada. A parcela flutuante não se organiza enquanto tal (como desempregados ou precários), em boa medida porque sua manifestação no Brasil é crônica e a trajetória ocupacional marcada pela irregularidade. Em um país com frágil processo de cidadanização, resulta em um caráter do protesto onde a luta por direitos básicos (ligados à moradia e à

---

<sup>10</sup> Foram encontrados diversos eventos em que moradores de uma favela se manifestam contra a repressão presente na ação policial, que resulta em vítimas, em muitos casos de crianças; ou ainda, usuários do sistema de saúde que fazem um protesto na porta de um hospital contra a precariedade do atendimento.

terra) toma o lugar da luta por emprego formal típico nas sociedades capitalistas urbanas e industrializadas. Daí a dificuldade de construção de movimento de desempregados com peso no conjunto dos protestos no país. Embora exista o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), este surgiu a partir do MST, que é quem recrutou, nos anos 1990 e 2000, os desempregados urbanos com a referência do trabalho no campo como saída para o desemprego.

Como os próprios dados e a discussão preliminar demonstram, o Brasil é um país de forte tradição de movimento de pobres (Fox Piven e Cloward, 1979), protagonizados pelo movimento popular e camponês (principalmente de sem-terra e de sem-teto), mas que convive com um movimento operário e sindical que há pelo menos três décadas é o principal sujeito dos protestos sociais no país. A fisionomia dos protestos no país, tal como se depreende do exercício aqui proposto, revela a complexidade da estrutura social brasileira, que convive com um alto nível de desenvolvimento capitalista em profundidade nos grandes centros urbanos, mas que ainda possui amplas áreas de expansão em sua extensão, tal como demonstra o avanço do chamado “agronegócio”. Este desenvolvimento, no entanto, em condições de um país capitalista dependente, somente vem sendo possível pela existência de uma ampla superpopulação relativa e de um pauperismo crônico.

É necessário considerar outros sujeitos do protesto social no Brasil, como a mobilização dos partidos de esquerda e o movimento estudantil e todos aqueles enquadrados na categoria de “novos” movimentos sociais (feminista, ambientalista, negro, direitos humanos, etc., que supostamente se organizam a partir de referências simbólicas e identitárias).

Sem mencionar a estrutura social brasileira e analisar com dados empíricos a fisionomia dos protestos, não se compreende as experiências e tradições de luta no Brasil. A partir destas referências procurei ressaltar que a principal característica que vem marcando a rebelião no país é a convivência de três tipos de organização que se estruturam a partir de suas condições materiais de existência, marcadas pelo desenvolvimento desigual e combinado de um capitalismo de tipo dependente. Por isso se observa a articulação entre lutas fragmentadas de um movimento operário-sindical ligado ao emprego formal e um movimento popular e camponês protagonizado pela superpopulação relativa crônica do país, que luta por reverter um quadro de pauperismo e de construção da cidadania social.

### **Considerações finais**

O conceito de tradições de organização e luta é útil para a compreensão de processos sociais históricos de formação das classes, pois funciona como elemen-

to de conexão entre as experiências, a estrutura social e a correlação de forças dos trabalhadores. Sua consideração permite a compreensão das continuidades e descontinuidades na transmissão das principais formas e instrumentos de luta presentes no movimento da sociedade. No caso do Brasil é possível identificar como algumas características vem sendo ressignificadas pelo movimento operário-sindical, popular e camponês. Nesta análise é fundamental considerar que a formação social brasileira, herdeira de um processo frágil de cidadanização e de um alto índice de superpopulação relativa crônica em suas modalidades latente e estagnada, possui uma forte tradição de luta pela terra e pela moradia e de luta operária fragmentada. Não é casual, portanto, que o movimento sindical, dos sem-terra e de luta pela habitação (seja pelo acesso ou melhoria de suas condições) dividem a cena como os principais sujeitos dos protestos sociais no Brasil.

## Bibliografia

- CARRERA, N. I.; COTARELO, M. C. (2004). Algunos rasgos de la rebelión en Argentina: 1993-2000". *Pimsa*, DT 49, Buenos Aires.
- ENGELS, F. (2008). *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo.
- FOX PIVEN, F., CLOWARD, R. A. (1979). *Poor people's movements: why they succeed, how they fail*. New York: Vintage Books.
- GRAMSCI, A. (1977). Espontaneidad y dirección consciente. In: *Escritos políticos*. México-DF: Siglo XXI Editores.
- \_\_\_\_\_. (1976). *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- HOBSBAWM, E. J. (2000). *Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. (orig. 1964). São Paulo: Paz e Terra.
- MARX, K. (1984). *Dezeto Brumário de Luís Bonaparte*. Lisboa: Edições Avante.
- MARX, K. (1982). *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural.
- NORONHA, E. G. (2009). Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil 1978-2007. *Lua Nova*, n. 76, São Paulo.
- RUDÉ, G. (1982). *Ideologia e protesto popular*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- SOUZA, D. C. C. de. (2010). *Sindicalismo e desempregados no Brasil e na Argentina de 1990 a 2002: unidade e fratura entre o exército de operário ativo e de reserva*. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (FFLCH/USP).
- \_\_\_\_\_. (2009a). Movimento operário e sindical no Brasil e na Argentina: apontamentos para uma análise comparativa. *PIMS A*, DT 70, Buenos Aires.
- \_\_\_\_\_. (2009). Tradições de luta sindical e emergência do movimento de desempregados na Argentina. *Lutas Sociais*, n. 23, São Paulo.
- THOMPSON, E. P. (1997). *A formação da classe operária inglesa* (tomos I, II e III). 3ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- WILLIAMS, R. (1997). *Marxismo y literatura*. Barcelona: Ediciones Península